

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

The discourses of Female Students on the Inclusion of Lgbti + Students in Youth and Adult Education

Eduardo Jorge Lopes da Silva
Taízze Nascimento Melchiades
Gabriel Oliveira Herculano dos Santos
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa-PB-Brasil

Resumo

O artigo está inserido no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e objetivou analisar os discursos de educandas sobre a inclusão da população LGBTI+ no Ensino Fundamental da EJA. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados através da realização de entrevistas semiestruturadas por bolsistas do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba, em escolas públicas municipais de João Pessoa-PB. Os dados foram analisados pelas lentes da Análise do Discurso Crítico de Fairclough (2016) e dialogou com os estudos de Junqueira (2009; 2012), Louro (2000; 2003), Silva (2016), Natividade e Oliveira (2009), entre outros que discutem e estudam os temas relacionados à população LGBTI+ de modo geral, especificamente, na educação e, em especial, na EJA. Os resultados enunciaram que a inclusão da população LGBTI+ na modalidade em tela ainda é desafiante para a escola, especialmente por ser um tema grávido de preconceitos e resistências por parte da sociedade conservadora e que tem repercussão no espaço escolar da EJA. Concluímos que essa discussão requer investimento no processo formativo de professores (inicial e continuada) e inclusão de temáticas vinculadas às questões LGBTI+ no currículo escolar da EJA.

Palavras-chave: EJA. LGBTI+. Inclusão Escolar.

Abstract

The article is inserted in the field of Youth and Adult Education (EJA) and it aimed to analyze the discourses of female students on the inclusion of the LGBTI + population in EJA Elementary School. This is a qualitative research, whose data were collected through semi-structured interviews, by scholarship holders of the Scientific Initiation Program of the Federal University of Paraíba, in municipal public schools in João Pessoa-PB. The data were analyzed through the lens of Fairclough's Critical Discourse Analysis (2016) and they dialogued with the studies of Junqueira (2009; 2012), Louro (2000; 2003), Silva (2016), Natividade and Oliveira (2009), among others who discuss and study topics related to the LGBTI + population in general, specifically, in education and, in particular, in EJA. The results stated that the inclusion of the LGBTI + population in the modality on screen is still challenging for the school, especially because it is a theme full of prejudice and resistance on the part of the conservative society and that reverberates in the school space of EJA. We conclude that this discussion requires investment in the teacher training process (initial and continuous) and inclusion of themes related to the LGBTI + issues in the school curriculum of EJA.

Keywords: EJA. LGBTI +. School Inclusion.

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

Introdução

A inclusão de temas relacionados à discussão de gênero e de orientação sexual passou a encontrar seu espaço no currículo escolar no final da década de 1990, especialmente com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que orientavam a organização do conhecimento escolar através de áreas e temas transversaisⁱ, entre eles, a **orientação sexual**, “eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL, 1997, p. 45).

A inserção de tais temas no cenário educacional brasileiro alimentou os movimentos sociais na luta por suas demandas no espaço escolar. Logo, movimentos indígenas, movimentos negros, movimentos LGBTI+ⁱⁱ, movimentos feministas, para não citar outros, sentiram-se motivados a pautarem suas temáticas no currículo escolar, agora respaldados por um Parâmetro Curricular Nacional. No entanto, essas questões encontraram resistências no processo de formação dos professores (inicial e continuada), na cultura conservadora cristã, na sociedade e na própria escola, que não sabia (ou ainda não sabe) lidar com uma perspectiva de trabalho pedagógico interdisciplinar, multicultural e com temáticas que transversalizam os conteúdos propedêuticos das linguagens, das ciências exatas e da natureza, das ciências humanas e sociais e da ciência das religiões.

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), várias pautas foram reunidas nessa secretaria e motivaram ainda mais a participação dos movimentos sociais, entre eles o movimento LGBTI+, que incitado, sobretudo, por uma onda de violência que acomete essa população, buscou no currículo da escola a possibilidade de combater, entre outras coisas, a homofobia no espaço escolar.

Uma das tentativas de política pública de promoção da cidadania LGBTI+ e de combate à homofobia foi a criação do Brasil Sem Homofobia, que consiste em um:

Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2004, p. 11).

Contudo, dada a resistência de grupos cristãos conservadores, movimento de parte da sociedade, contra a discussão de gênero e de temas LGBTI+, a exemplo da Escola Sem Partido e de parlamentares representantes desses grupos, não se conseguiu garantir que tais pautas fossem incluídas no currículo da escola. Essa discussão teve seu auge na campanha presidencial de 2018, quando, por meio de candidatos e por divulgação em grupos de *WhatsApp* de membros de igrejas, de famílias e da população em geral, foi bastante propagado o “kit gay” (um conjunto de materiais educativos compostos por vídeos e uma cartilha com conteúdo de combate a homofobia), o qual iria perverter os estudantes nas escolas, inclusive semeando que crianças iriam manusear objetos em formato de pênis, usar mamadeira de “piroca”, entre outros discursos, caso o candidato do Partido dos Trabalhadores ganhasse as eleições naquele ano. “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” era uma expressão comum nos enunciados de discursos em favor da família formada por um homem e uma mulher, heteronormativo, sexista e contra o discurso de gênero.

Esses discursos anunciavam, ainda, a “ditadura gay” como imposição de uma cultura considerada não natural e que poderia influenciar ou confundir a formação do caráter das crianças e jovens no espaço escolar. Entre os discursos contra o Programa Brasil sem Homofobiaⁱⁱⁱ, por exemplo, a preocupação com a precocidade sexual de crianças e jovens e, pior, de modo não natural, ou seja, fora dos padrões heteronormativos, ganhou bastante força, a ponto de repercutir nas redes sociais enunciados de caráter homofóbicos.

Apesar do movimento LGBTI+ ter alcançado algumas conquistas de caráter legal no Brasil, a exemplo do casamento civil, ampliação da adoção de filhos e, recentemente, em 13/06/2019, a criminalização de práticas de homofobia e transfobia, enquadrada na Lei nº 7.716/1989 como crime de racismo, a violência e a intolerância contra pessoas LGBTI+ ainda tornam o Brasil um dos países mais LGBTfóbicos do mundo.

De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia:

A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018, p. 1).

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

Além disso, a conjuntura política atual do Brasil em que se observa a incitação à violência, ao desprezo, à gozação, para não ser mais extenso, motiva ainda mais algumas pessoas a expressarem sua homofobia. Um exemplo dessa situação foi quando o Presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, por não ter gostado de uma pergunta feita por um repórter do jornal O Globo, em frente ao Palácio da Alvorada, fez a seguinte provocação: “Você tem cara de um homossexual terrível, nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual” (COLETTA, 2019, *online*).

A declaração do comandante máximo da nação brasileira, divulgada em importantes meios digitais de comunicação de massa e em redes sociais, propaga e incentiva agressões contra pessoas LGBTI+. Em seu discurso, o enunciado que revela a intenção de criminalizar quem é homoafetivo torna-se expresso por sua vontade de verdade^{iv} uma vez que, ao acusar uma pessoa de homoafetiva, imputa-se a ela um dado crime, intenção essa retificada através da seguinte expressão: “Se bem que não é crime ser homossexual”. Esse, entre outros exemplos, denuncia o quanto o país ainda está distante de minimizar, muito menos de acabar, com as práticas homobólicas públicas expressas por meio de violências simbólicas. O discurso do presidente do Brasil anuncia uma dada prática discursiva presente na sociedade que orienta práticas sociais homofóbicas, uma vez que, “[...] a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e presente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece quase sempre ‘natural’ ” (LOURO, 2003, p. 65, grifo da autora).

Nessa direção, concordamos com o entendimento de Fairclough (2016, p. 94-95) ao afirmar que o discurso implica em um “[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Assim, o fato de acusar o repórter de ser “homossexual terrível” imputa-lhe uma dada condição criminosa por ele/a não seguir os ditames da cultura heteronormativa.

Esse exemplo não se configura em um dado socialmente isolado. No espaço escolar, por exemplo, o preconceito contra a população LGBTI+ observado a partir da violência verbal, física ou simbólica, ainda é uma realidade presente. A homofobia, segundo Louro (2000), é consentida e ensinada na escola como sendo uma prática que pode ser expressa por meio do desprezo, do afastamento e da humilhação de suas vítimas. Isso porque, na escola, há um dado discurso pelo qual os/as educandos/as são uniformizados/as para

atender a um único tipo/modelo de sexualidade, cujo padrão encontra-se alicerçado na heteronormatividade, apesar do avanço temporal vivenciado no contexto pós-moderno, caracterizado, sobretudo, pelo desenvolvimento das ciências tecnológicas, da saúde e humanas, mesmo que o acesso seja limitado para a maior parte da população. Brincadeiras, brinquedos e jogos para meninos e meninas ainda fazem parte da cultura sexista da escola, e, “Sem dúvida, na Escola, no currículo, nas disciplinas, nas normas regimentais, nas formas de avaliação, nos materiais didáticos, a linguagem reflete e reproduz os significados que marcam as desigualdades de gênero, sexuais, raciais, etc.” (FURLANI, 2008, p. 123).

Apesar da existência de um novo mundo marcado por pandemias que desafiam as ciências a buscarem mais imunidade para os seres humanos viverem mais e produzirem mais, seguindo a lógica do capital, “[...] a escola continua imprimindo sua ‘marca distintiva’ sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (LOURO, 2003, p. 62, grifo da autora). A escola é um *lócus* educativo importante que pode reforçar ou romper paradigmas, bem como fomentar uma cultura de tolerância e respeito às diferenças e à diversidade que caracterizam os seres humanos social, racial e biologicamente. O discurso da igualdade da espécie humana não pode ser tratado distante dos elementos que caracterizam as pessoas como seres singulares.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa que objetivou analisar a reação de educandas da Educação de Jovens e Adultos, modalidade da Educação Básica nacional, alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), quanto às práticas de homofobia e de inclusão de pessoas LGBTI+ no espaço escolar. Os dados foram organizados e analisados a partir dos seguintes discursos: preconceito contra LGBTI+, acolhimento na escola, temática LGBTI+ em sala de aula e inclusão e combate à homofobia.

A Metodologia da Pesquisa

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com a colaboração de bolsistas vinculados aos Programas Institucionais de Bolsas e Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba. Os dados foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, motivadas pelas seguintes questões: Como as educandas têm reagido quanto à inclusão da população LGBTI+ no

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como tais ações repercutem no processo de educação para combater a homofobia e propiciar a inclusão escolar desse segmento de educandos. Para isso, foram executados os seguintes procedimentos: 1) Realização de quatorze entrevistas com educandas da modalidade EJA de duas escolas públicas municipais da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, seguindo as normas e protocolos do Comitê de Ética em Pesquisa^v; 2) Transcrição das entrevistas; 3) Eleição de quatro categorias teóricas (ou categorias principais) para organização da pesquisa: **preconceito contra LGBTI+, acolhimento a estudantes LGBTI+ na escola, temática LGBTI+ em sala de aula e inclusão e combate à homofobia na escola**; 4) Organização dos dados por meio de gráficos e tabelas, com auxílio da ferramenta MAXQDA; 5) Utilização da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016), cujos temas foram extraídos e organizados em categorias teóricas a partir do roteiro semiestruturado de perguntas, e, na sequência das respostas obtidas, foram organizados em subcategorias; 6) Diálogo dos dados empíricos com dados teóricos de estudos/pesquisas sobre o tema em questão.

Quanto ao perfil etário das entrevistadas, temos a seguinte configuração: todas são mulheres-estudantes, sendo uma adolescente com 17 anos, sete adultas jovens entre 24 e 31 anos, cinco adultas maduras entre 47 e 58 anos, e uma idosa com 74 anos. Essa classificação etária seguiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e os estudos de Villaneuva Bea (1987).

Além da idade, uma das características do perfil dos/as educandos/as da EJA é o fato de serem pessoas jovens e adultas que retornam à escola para conclusão dos estudos, no caso em curso, dos anos finais do Ensino Fundamental, algo que, para elas, não foi possível realizar quando crianças.

*A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, **adolescentes, jovens, adultos**, idosos, pessoas [com deficiências] com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros (BRASIL, 2009, p. 28, grifo nosso).*

Para participar das entrevistas era necessário estar matriculado e frequentando as aulas na Educação de Jovens e Adultos, nos ciclos I ao IV. Após apresentação do objetivo da pesquisa pelos bolsistas, as educandas da EJA, voluntariamente, participaram das entrevistas e assinaram um termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nos itens a seguir, apresentaremos a análise e as discussões acerca dos resultados obtidos. Cada dado foi confrontado com outros estudos e pesquisas referentes ao objeto em tela neste artigo.

O preconceito contra Lgbti+

O preconceito contra pessoas da comunidade LGBTI+ é uma realidade presente nas práticas sociais. No transcurso da história da humanidade, aqueles que revelaram/revelam sua orientação sexual divergente da heteronormativa foram/são excomungados de suas comunidades e sofreram/sofrem formas de violência física, verbal ou simbólica. Tal evidência revela que socialmente cultivamos uma cultura de preconceito contra essas pessoas. Mas, assumir ou não preconceitos, nem sempre é uma ação visível. O que se tem na sociedade é um dado preconceito velado, ou seja, quando se verbaliza não ser preconceituoso, porém as ações denunciam o contrário. Em síntese, parafraseando Freire (2005), a corporeificação das palavras deveria ser exemplo de ações pelas quais cada pessoa pudesse se distanciar de atos preconceituosos.

Parece-nos que é mais confortável silenciar ou fingir que determinados assuntos ou fatos não existem na sociedade, inclusive na escola, para não termos que lidar com situações complexas ou consideradas inoportunas e vexatórias. Seguir uma dada padronização em nome do discurso natural, por influência religiosa, é mais comum do que enfrentar questões que desafiam uma dada ordem cultural estabelecida, sobretudo, quando ela é herdeira da cultura machista, eurocêntrica e do comportamento hétero. Logo, “[...] nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola” (LOURO, 2003, p. 67).

Nada é mais preconceituoso, para não dizer de uma violência simbólica grave, a negação da existência de outras possibilidades de orientação e expressão da sexualidade humana, para além do que é ou foi estabelecido socialmente. Porque, na verdade, o que se está negando é uma outra condição humana dos sujeitos. A diversidade de vida, de culturas, de expressão do que é ser humano, não se restringe, ou não deveria, apenas às relações sexuais entre pessoas de sexo opostos.

Uma questão nos vem à tona: o biológico e o natural são as únicas forças determinantes de ações e condutas? As questões éticas e morais e os dispositivos legais não são, também, forças que impulsionam as ações e as condutas? O que nos faz nutrir

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

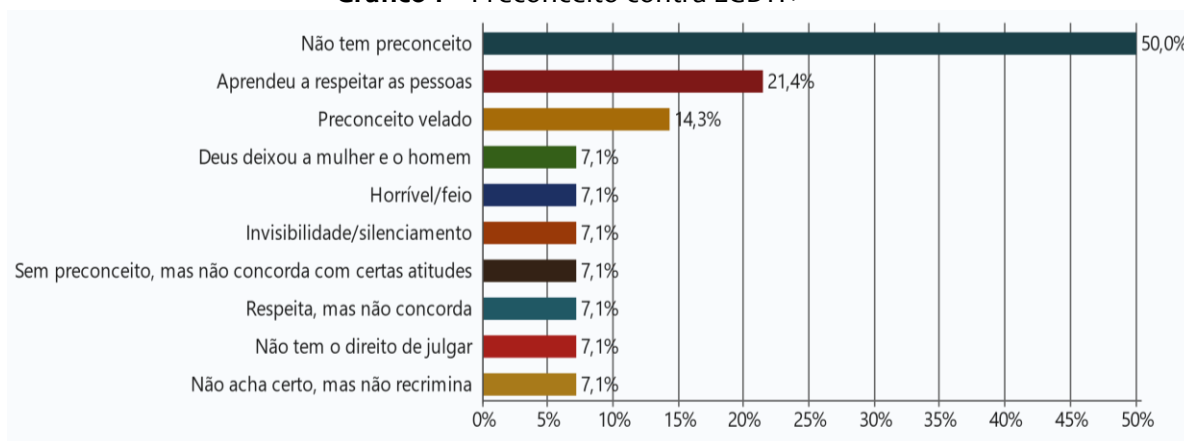
preconceito contra uma dada pessoa ou grupo de sujeitos? As diferenças não fazem parte da nossa natureza humana? São questões cujas teorias não nos direcionam a respostas uníssonas e que, no presente texto, também não haveremos de sinalizar para uma.

O que importa aqui é contribuir também para uma discussão que possa ajudar a melhorar a humanidade, tornando-a mais tolerante e aberta para respeitar e compreender que não somos todos/as limitados/as biologicamente e que a orientação sexual, a cor da pele, as deficiências físicas, mentais e múltiplas, assim como o fato de ser mulher, possuir uma vagina, não dá o direito de que outros sintam-se superiores ou melhores.

Mas, romper com preconceitos historicamente e socialmente construídos, além de somatizados, leva tempo e requer o envolvimento das instituições sociais, entre elas, a escola. Essa instituição tem um papel importante, sobretudo quando as diferenças humanas e sociais estão presentes, podendo, assim, contribuir para a consolidação de um mundo melhor, de respeito entre os sujeitos e suas diferenças e diversidades, desde que princípios éticos e morais em favor da vida humana e da natureza (aqui, envolvendo todas as outras formas de vida e existência) não sejam desvirtuados ou aniquilados pela ganância e pelo espírito destruidor peculiar à raça humana, por meio de seus instrumentos sociopolíticos e econômicos.

Nessa direção, ao perguntarmos às alunas da EJA se elas eram preconceituosas com aqueles/as estudantes que demonstram sua orientação homoafetiva, obtivemos o seguinte: 50% das respostas continha em seu discurso a afirmação de que não eram pessoas preconceituosas. No entanto, ao longo das explicações dadas, foi se evidenciando um dado preconceito velado, como também outros explícitos, conforme constatamos no Gráfico 1 e nos excertos de falas. Vejamos:

Gráfico 1 – Preconceito contra LGBTI+



Fonte: Dados sistematizados com auxílio da ferramenta MAXQDA, 2020.

Tenho não. Mas eu acho que não é da vontade de Deus porque quando Deus fez o homem e viu que ele não vivia sem a mulher, ele foi e da costela do homem fez a mulher, né? Porque ele viu que não era para existir o homem só. Era para ter o casal para poder reproduzir, né isso? Poder trazer gente para vir para Terra, que nós só estamos aqui através de Adão e Eva. Até tipo, porque às vezes esse pessoal acha bonito, eles dão valor, acha que isso é uma coisa que eles fazem e acham bonito, né? Aí ninguém vai poder proibir dele ser assim, contanto que tem muitos que vão assim por interesse de coisas materiais, muitos que eu já vi por aí o amor deles mais, o chama deles mais é bem material, entendeu? Você pode ver que a **maioria desse povo que tem esse defeito, eles não procuram um pé rapado nem uma pé rapada, eles procuram sempre uma costela que seja cheia. Eles quererem se achar mulher e homem e homem mulher e homem (ENTREVISTADA 4, EMEF. ZUMBI DOS PALMARES, CICLO I/EJA, em 08/11/2018, grifos nossos).**

Eu não tenho preconceito, eu só não acho certo algumas atitudes, tipo assim, cada um tem a opção de ser o que quiser, tudo bem! Inclusive eu tenho amigos, amigas, não tem problema, mas, assim, o que eu acho errado é a exposição, certas exposições que não são necessárias, eu acho desnecessário certas posições, porque cada um faz o que quer reservado, em público a gente tem que saber se comportar, porque tem idosos, tem crianças e às vezes os idosos não entendem, as crianças não entendem, então causa um tipo de constrangimento, entendeu? Então eu acho que isso não é nem preconceito, é não aceitar certas atitudes, sabe? Mas fora isso, para mim é tudo tranquilo (ENTREVISTADA 13, EMEF. INDIO PIRANGIBE, CICLO I/EJA, em 12/11/2018, grifos nossos).

No caso da Entrevistada 4, constatamos que o discurso religioso acaba por contradizer a primeira resposta quando afirma “não ser preconceituosa” e, na sequência, expõe um dado preconceito velado com base em sua experiência religiosa, mostrando sua opinião contra as pessoas que assumem sua homoafetividade, inclusive rotulando de deficiente aqueles/as que são homossexuais. Natividade e Oliveira (2009), ao analisarem o discurso de evangélicos conservadores em relação à homossexualidade, asseveram que:

A reiteração da *heterossexualidade compulsória* em discursos religiosos pode se manifestar de maneiras e graus distintos, variando desde o total silêncio acerca da diversidade sexual e de gênero até a produção de estereótipos que operam por uma franca estigmatização de pessoas LGBT. O confronto de sujeitos que aderem a perspectivas conservadoras com a visibilidade e a articulação política de minorias sexuais enseja *justificações religiosas* que podem comparecer como fonte de legitimidade para estes juízos qualificáveis como homofóbicos, extraindo sua força de cosmologias, crenças e práticas cristãs (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 130).

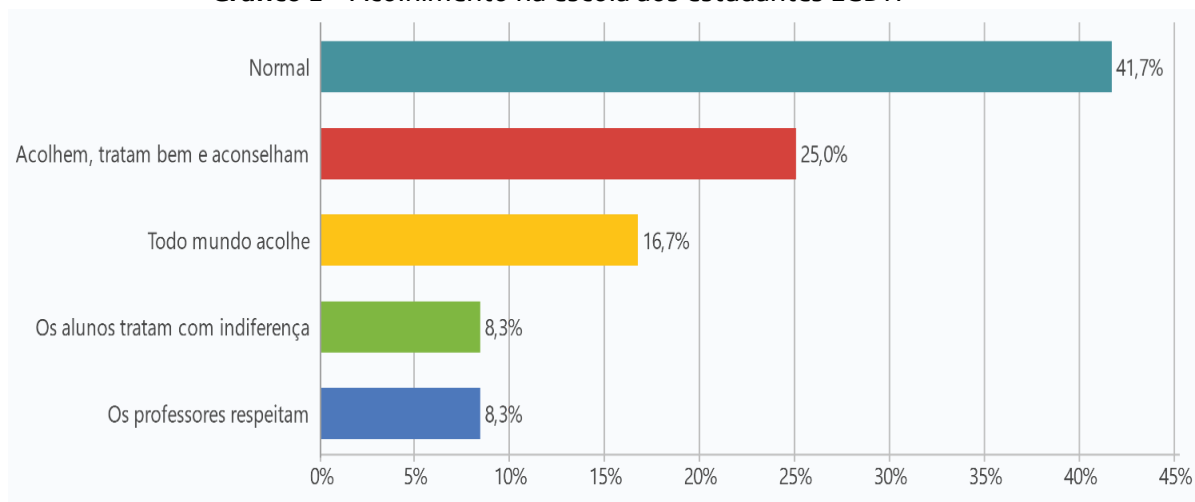
Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

A Entrevistada 13 ao afirmar, também, não ser preconceituosa, apresenta um argumento discursivo pelo qual podemos evidenciar o preconceito velado contra homoafetivos ao expor os seguintes conteúdos: “pessoas assim não devem se expor em público, para não agredir crianças e velhos”. Esse discurso nega o direito de pessoas LGBTI+ poderem expressar suas afetividades em público, sendo forçadas, devido a uma dada prática social, a permanecerem na invisibilidade. Para Natividade e Oliveira (2009, p. 155), “Ter que guardar a própria sexualidade como um segredo coloca o sujeito em posição de objeto do discurso alheio, sob o permanente risco de se ver exposto pelos ‘outros’”. Além disso, o direito de cidadania lhes é negado e provoca uma dada prática social inferior por não atenderem aos preceitos morais heteronormativos pelos quais se permitem determinados padrões comportamentais em público.

Em relação às demais entrevistadas, o que se constatou foi que metade delas assumem, veladamente ou explicitamente, seu preconceito por não concordarem com a orientação homoafetiva dos colegas na escola. Esses conteúdos estão expressos no Gráfico 1 por meio dos seguintes rótulos: “Deus deixou o homem e a mulher”, “respeito, mas não concordo”, “não acha certo, mas não discrimina”, entre outros.

Acolhimento a estudantes Lgbti+ na Escola

Nessa questão, das 14 entrevistadas, 12 responderam à pergunta indicada, conforme ilustram os dados no Gráfico 2. Assim, quanto ao acolhimento de LGBTI+ no espaço escolar, o que constatamos foi que a maioria, 41,7%, afirma que os estudantes homoafetivos são acolhidos de forma “normal”, ou seja, parece evidenciar que não há em suas escolas preconceitos explícitos contra essa população. Outras 25% expuseram que esse acolhimento se efetua por meio de “tratar bem e aconselhar”. E, para 16,7%, todos os estudantes da escola acolhem aqueles/as alunos/as LGBTI+. No entanto, para 8,3%, esse contingente “é tratado com indiferença” pelos demais colegas. O mesmo percentual afirmou que os professores respeitam os/as alunos/as homoafetivos.

Gráfico 2 – Acolhimento na escola aos estudantes LGBTI+

Fonte: Dados sistematizados com auxílio da ferramenta MAXQDA, 2020.

Mesmo a maioria afirmando que os estudantes LGBTI+ são tratados com normalidade, algumas entrevistadas disseram nunca ter presenciado falta de respeito ou escutado sobre a existência de estudantes LGBTI+ na escola, como afirma a Entrevistada 14: **“Eu acho que eles também não são contra não.** Aqui se tem, eu não sei se tem não, aqui não. **Falta de respeito nunca vi,** que eu saiba não” (EMEF. INDIO PIRANGIBE, CICLO I/EJA, em 12/11/2018, grifo nosso). Ou seja, a Entrevistada 14 além de achar que não há preconceito contra os estudantes LGBTI+ da EJA em sua escola, ela afirma desconhecer a prática de homofobia na escola.

Em muitos casos, as ações homofóbicas são praticadas por pequenos grupos que procuram não se expor, mas expõem e violentam suas vítimas por meio de *cyberbullying* homofóbico, o qual, necessariamente, não está diretamente presente na sala de aula ou nos espaços escolares. Eles atingem suas vítimas utilizando as redes sociais, dando a entender que, na escola, não há preconceitos contra gays, lésbicas, transexuais, entre outros do gênero. Além disso, vale ressaltar que muitos LGBTI+ escondem suas orientações e identidades sexuais por não se sentirem seguros. Eles fazem isso como mecanismo de defesa, reforçando sua invisibilidade nos espaços em que se encontram. Tal invisibilidade, “[...] comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão” (JUNQUEIRA, 2009, p. 30).

Por outro lado, uma das entrevistadas afirmou que “os alunos tratam com indiferença”, quando fez a seguinte afirmação:

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

*Na minha cabeça eu noto que as pessoas tratam a gente diferente. A turma mesmo que eu estudo, ninguém aceita, é um preconceito, demais. **A professora sempre bate de frente com os alunos**, diz que é para ser feliz do jeito que se é. Tem que respeitar (ENTREVISTADA 11, EMEF. INDIO PIRANGIBE, CICLO I/EJA, em 12/11/2018, grifos nossos).*

No discurso da Entrevistada 11 é dito que os alunos da sua turma são preconceituosos e tratam com indiferença aqueles/as que são homoafetivos/as. Porém, ela ressalta que a professora da turma assume uma posição contrária, divergindo da posição desses alunos. O que podemos destacar aqui é que o trabalho pedagógico do professor em sala de aula é de extrema importância no processo educacional de combate à homofobia no espaço escolar. Primeiro, porque pode contribuir para combater esse fenômeno na escola e em sala de aula, conforme ressaltam Silva *et al.* (2017). Segundo, porque pode contribuir para a desconstrução da cultura heteronormativa como única e aceitável. E, terceiro, concordando com Silva *et al.* (2017, p. 152), “Faz-se necessário um trabalho de base para que os/as profissionais da educação sejam multiplicadores/as de uma cultura de paz, acolhedora das diferenças, não apenas em suas escolas, mas também em seu convívio social”. Logo, cursos de formação inicial e continuada para os professores que atuam na EJA e que tratam de questões relacionadas à diversidade e orientação sexual tornam-se importantes dispositivos de fomento à inclusão da população LGBTI+ no espaço escolar.

Independente da orientação sexual da professora, sua postura denuncia a aproximação com a inclusão das minorias LGBTI+ e o combate à homofobia. Logo, tal postura contribui para a construção de uma escola menos preconceituosa e mais acolhedora, respeitando as diferenças socioeconômica, étnica, de gênero, religiosa e sexual (SILVA *et al.*, 2017).

Temática Lgbti+ em Sala de Aula

Outra questão da entrevista foi sobre a discussão da temática LGBTI+ em sala de aula. Os dados revelaram que, para 57,1% das entrevistadas, essa discussão “nunca existiu” na escola, para 28,6% apenas ocorreu por meio de “conversas informais”, e, para 14,3%, quando a discussão ocorreu versou sobre o respeito ao outro.

Os dados apresentam outra forma de silenciamento e invisibilidade de um tema social e atual que poderia estar presente nos conteúdos escolares da EJA. Entre as possíveis causas dessa ausência estão as práticas sociais de formação continuada de professores as

quais, além de serem generalistas, ou seja, reúnem todos os profissionais de todas as modalidades sem tratar das especificidades, não incluem tais temas na formação dos professores. “[...] A temática da diversidade sexual na perspectiva do combate à homofobia ainda é um tabu no ambiente escolar, é de importância fundamental construir estratégias para se romper com a indiferença em relação ao preconceito homofóbico na EJA” (SILVA, 2016, p. 22).

Como dito anteriormente, a escola possui importante papel social no processo de democratização da sociedade e formação de cidadãos que ultrapassa o ato pedagógico de ensinar os conteúdos propedêuticos em si. Tais conteúdos deveriam dialogar com as questões sociais presentes na vida dos estudantes da EJA. Isso porque, conforme ressalta Junqueira (2009, p. 36):

[...] a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica.

As entrevistadas que responderam que o tema era discutido através de conversas informais revelaram o seguinte:

[...] **as conversas é que são ser humano, né? São pessoas que se deve tratar bem também como uma pessoa também, que é gente, pessoas como eu, como qualquer pessoa** (ENTREVISTADA 4, EMEF. ZUMBI DOS PALMARES, CICLO I/EJA, em 08/11/2018, grifos nossos).

*Sim, teve, mas eu não lembro quem foi, mas esse assunto já foi comentado aqui na sala, muitas vezes, muitas vezes mesmo! As vezes, a gente estava conversando de outra coisa, mas entrava no assunto e tal, mas não lembro quem foi o professor, **mas sempre a gente comenta sobre isso** (ENTREVISTADA 6, EMEF. INDIO PIRANGIBE, CICLO III/EJA, em 12/11/2018, grifos nossos).*

Percebe-se por meio dos relatos acima que a discussão sobre a temática LGBTI+ em sala de aula, quando ocorre, não se configura no currículo escolar. Trata-se de uma discussão momentânea, possivelmente gerada por um fato, como relata a Entrevistada 6, ou ocorre em forma de conversas para aconselhar e conscientizar que pessoas homoafetivas também são seres humanos iguais às pessoas héteros. Apesar da intenção ser positiva, não há uma discussão mais substancial sobre o tema em sala de aula, deixando-o

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

na superficialidade, na vitimização das pessoas que sofrem preconceitos por terem uma orientação diferente do padrão socialmente aceito, bem como o reforço da invisibilidade.

Essa postura reforça o que Junqueira (2009) assevera, a saber:

Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação (JUNQUEIRA, 2009, p. 14).

Logo, constata-se a importância de trazer para o currículo escolar essa problemática como conteúdo e elemento formativo de combate à homofobia e de respeito ao outro em sua especificidade e diversidade humana. Pois, ao silenciar ou discutir sobre o tema apenas em conversas informais, não se contribui para educar para uma cultura de tolerância, paz, respeito e convivência entre pessoas diferentes, sobretudo no Brasil, país que mais assassina pessoas LGBTI+ no mundo (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018).

Inclusão e Combate à Homofobia na Escola

Por fim, perguntamos sobre a importância em se discutir temas acerca da inclusão e do combate à homofobia na escola. Constatamos que, para a maioria, seria interessante pelos seguintes motivos: “para conhecer a realidade” (28,57%) e “para não ter preconceito/respeitar” (28,57%). Já para 14,29%, não seria certo abordar tal temática na escola. As demais respostas mantiveram uma frequência constante, com as mais variadas justificativas, demonstrando que não concordam ou não acreditam que há preconceito no espaço escolar na EJA contra estudantes LGBTI+. Vejamos a Tabela 1.

Tabela 1 – Importância da abordagem de temáticas que promovam a inclusão e o combate à LGBTfobia na escola

Subcategorias	Documentos	Porcentagem	Porcentagem (válida)
Para não ter preconceito/respeitar	4	28,57	28,57
Para conhecer a realidade	4	28,57	28,57
Não é certo falar na escola	2	14,29	14,29
Importante, desde que não seja com crianças	1	7,14	7,14
Não precisa, os meios de comunicação já fazem isso	1	7,14	7,14
Não há preconceito na escola	1	7,14	7,14
Comentários genéricos	1	7,14	7,14
A escola deve intervir apenas com o agressor	1	7,14	7,14
Deve ser discutida na família	1	7,14	7,14
Nasce homem e mulher, depois de certo tempo toma opção	1	7,14	7,14
DOCUMENTOS com código(s)	14	100,00	100,00
DOCUMENTOS sem código(s)	0	0,00	-

Fonte: Dados sistematizados com auxílio da ferramenta MAXQDA, 2020.

Os dados oriundos das entrevistas transcritas e sistematizadas com o auxílio do MAXQDA (2020) nos revelam que mais de uma das entrevistadas, em seus discursos, repetiram suas respostas, isto é, em seus relatos, foi possível identificar mais de uma subcategoria, a exemplo de “para não ter preconceito/respeitar” e “para conhecer a realidade”. O que chama a atenção nesses dados é que a maioria das entrevistadas avaliam como importante a discussão da temática em sala de aula da EJA para combater a homofobia e promover a inclusão de LGBTI+ na escola. De acordo com Dinis (2011), a omissão da diversidade sexual no currículo e na própria escola é mais um modo de ocultar a homofobia nesse espaço. Logo, o autor nos direciona à compreensão de que se trata de mais um dispositivo de violência contra os/as alunos/as LGBTI+ em espaços que deveriam fomentar a tolerância e a inclusão social da diversidade.

Contudo, entre as narrativas das entrevistadas também é possível perceber um discurso pelo qual o preconceito se revela. Vejamos: “É importante porque a gente vê muitos aí pelo meio da rua que morre, né? Assassinado! Eu achava importante. Da igreja que eu vou **tem um que é isso, eu respeito normal**” (ENTREVISTADA 2, EMEF. ZUMBI DOS PALMARES, CICLO II/EJA, em 08/11/2018, grifo nosso). Dessa forma, a Entrevistada 2 atribui mais importância àqueles/as alunos/as que são homoafetivos/as do que ao coletivo dos/as estudantes, ao posicionar o outro como necessário para receber o discurso, sobretudo classificando como “isso” a orientação da sexualidade de um dos membros da igreja na qual ela faz parte, ou seja, mostrando certo desprezo a uma pessoa em virtude de sua orientação sexual. Logo, há em determinados discursos um dado preconceito velado como foi possível constatar no item 2 desse artigo, mesmo tendo sido considerada importante pelas entrevistadas a discussão desse tema em sala de aula e na escola. Novamente, a influência da religião que abomina a homossexualidade, considerada uma expressão demoníaca e patológica e que leva as pessoas a conceberem um/uma homossexual como “isso”, leva-nos a refletir que a orientação homoafetiva é vista muitas vezes como uma doença espiritual que pode ser tratada por meios de orações para libertar o sujeito.

Em concordância com as reflexões de Cecchin (2018, p. 14), em determinados grupos religiosos e/ou em religiões, sobretudo de matriz cristã:

A crença na ‘reversão’ da homossexualidade já causou muito sofrimento. O que se percebe é que o homossexual, a partir de um determinado tratamento ou culto de libertação, acaba por ocultar sua identidade sexual e, conseqüentemente, reprimir seu desejo, em nome da aceitação de um grupo (CECCHIN, 2018, p. 14).

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

Logo, direta ou indiretamente, a discussão da homofobia e da inclusão dos/as educandos/as LGBTI+ no espaço escolar e na sala de aula da EJA invade o currículo, mas, por vezes, não é tratada como conteúdo imprescindível.

Nessa direção, a Entrevistada 4 expressa que é interessante essa discussão na escola, uma vez que chegou o fim dos tempos, apresentado um discurso escatológico com forte carga do discurso religioso acerca da punição e contrário à diversidade da manifestação sexual. Vejamos:

Meu filho, eu acho que isso é o fim do mundo mesmo, só Deus para mudar isso aí, mais ninguém, porque é uma moda que chegou que é o final dos tempos, eu acho que ninguém combate, isso não é normal. Porque de primeiro tinha isso, mas era escondido por baixo dos panos, só que agora virou natural, entendeu? É como o vício da droga, que eles se drogam, essas coisas, é a mesma coisa! O que você vê por aí agora é menininha nova se beijando por aí, passa muitas pessoas por mim já de mão pegada, meu Deus do céu, as bichinhas tão novinhas, né? Mas já escolheu as escolhas delas, às vezes não é nem porque gosta daquilo; aquilo aí é somente uma paixão sabe? Entendeu? Como quem diz essas novelas, essas coisas, vê e vai fazer também. O mundo está tomado, acabou-se, não tem como mudar mais não. Para mim, tanto faz, acho que não. Eu, o que eu devia querer é o respeito, né? Que eles respeitassem os outros, os outros respeitassem eles também, né isso? Eu acho assim, cada um vive sua vida do jeito que quer, portanto que respeite o outro lado, porque o respeito é bom. E ninguém pode mandar na vontade de ninguém (ENTREVISTADA 4, EMEF. ZUMBI DOS PALMARES, Ciclo I, em 08/11/2018, grifos nossos).

Esse discurso, apesar de estar subcategorizado como “comentários genéricos”, revela que a Entrevistada 4 não concorda com a discussão do tema como forma para inclusão e combate à LGBTfobia. Para ela, estamos no “fim dos tempos”, pois antes “isso era mais escondido, por debaixo dos panos, só que virou natural”. Observa-se, portanto, o quanto incomoda o fato de os LGBTI+ expressarem suas vidas socialmente, reivindicando espaço e direitos, como também se verifica o rígido discurso de uma sociedade conservadora e intolerante.

Enquanto estavam no silenciamento e escondidos nos “armários”, todos sabiam, mas faziam vistas grossas como se nada estivesse ocorrendo. Contudo, no momento em que saem, gritam e buscam a liberdade de expressarem a sua orientação sexual e o exercício da cidadania, começam a incomodar e a serem comparados com os viciados e até mesmo com os doentes, ou com pessoas que não respeitam os outros. Tal discurso dá lugar

às práticas sociais que fomentam a homofobia na sociedade e reforçam os enunciados em favor da “cura gay”, visto que os viciados podem passar por tratamentos terapêuticos para serem curados.

Em pesquisa realizada por Dinis e Cavalcanti (2008, p. 105):

essa concepção de homossexual como sujeito desviante e que, portanto, deve ser corrigido, também se mostrou algumas vezes em nossa pesquisa, [...], 27% das/os estudantes afirmaram que tentariam convencer um/a filho/filha a mudar de orientação sexual caso essa/esse fosse homossexual.

Parte das justificativas apresentadas pelos entrevistados/as dos sobreditos autores tem forte argumentação religiosa condenatória.

Por fim, no discurso da Entrevistada 4 foi possível constatar, também, uma dada prática social pela qual emergem os enunciados do “respeito pelo respeito”, ou seja, para que um/a educando/a LGBTI+ seja aceito/a, ele/a também terá que respeitar os demais. Esse respeito está grávido de comportamentos que não agridam ou firam aqueles/as “cidadãos/ãs de bem”, que valorizam a família tradicional e a moral cristã. Logo, são posições de caráter heteronormativo que os/as estudantes LGBTI+ devem seguir para serem aceitos/as socialmente, e, para isso, devem manter-se no silenciamento, em seus armários, para não envergonharem a sociedade.

Concordando com Santos e Souza (2015, p. 211):

No espaço escolar houve um investimento e controle sobre as sexualidades, reafirmando a heterossexualidade como a expressão “correta” e desejável e assegurando que não ocorresse desvio desse caminho considerado natural e, muitas vezes, divino. Por ser uma norma, não se questiona e espera-se que todas as pessoas a assumam como “a” expressão da sua sexualidade. Cria-se uma ojeriza a tudo que possa escapar dessa sexualidade vista como “normal”.

Assim, a escola como *lócus* privilegiado de fomento à tolerância ainda não foi capaz de dialogar com as diferenças presentes em seu espaço e muito menos capaz de romper com determinadas concepções pedagógicas as quais estão alicerçadas em práticas tradicionais e desconectadas da realidade em que essa mesma escola se situa, garantindo a permanência do currículo com traços sexistas, heteronormativos e de afastamento das realidades sociais.

A partir desses argumentos, sigamos para as considerações finais.

Considerações Finais

Os resultados nos fazem concluir que, apesar de não ser a maioria, as estudantes expressaram preconceito contra os/as alunos/as de orientação sexual diferente do que estabelece o padrão heteronormativo. Tal evidência reforça as práticas discursivas e as práticas sociais pelas quais as relações de força se encontram presentes no binômio héteros *versus* homoafetivos.

Sobre o acolhimento de LGBTI+ na escola, as entrevistadas foram maioria em afirmar que não há um tratamento hostil, pelo contrário, a escola acolhe bem esses/as educandos/as. Porém, não é unânime, pois uma das entrevistadas afirmou que há indiferença no trato entre os colegas de turma quanto aos/às estudantes que não escondem sua orientação sexual homoafetiva.

Em relação à discussão da temática LGBTI+ em sala de aula, o que se constatou foi que a maioria das entrevistadas nunca teve a oportunidade de discutir essa questão, exceto por um grupo minoritário que já o fez/faz por meio de conversas informais e de conversas que abordam o tema do respeito ao outro, mas, apesar disso, não se configura em um discurso de emancipação e inclusão dos/as LGBTI+ no espaço escolar e, muito menos, faz parte do currículo oficial. Trata-se de posições de alguns professores que assumem a temática.

Logo, ainda é desafiante para a escola trabalhar essa discussão em seu currículo, seja por ausência de formação continuada para os professores ou porque a escola não prioriza ou visibiliza essa problemática. Seu distanciamento social, com temas sociais atuais, como também a influência de grupos conservadores fora e dentro dessa instituição silenciam ainda mais tais discussões e inserções.

E quanto à importância de temáticas que promovam a inclusão e o combate à LGBTfobia na escola, o que se observou é que essa questão não é consenso, apesar de uma maioria pequena concordar. Outro grupo, não tão minoritário, é contra essa discussão, seja porque “não cabe à escola abordar o assunto”, porque “os meios de comunicação já fazem isso” ou porque “não há preconceito na escola”, e, ainda, pela forte presença do discurso religioso e que tais assuntos devem ser discutidos e circunscritos à família.

Por fim, entendemos que essa temática é, ainda, uma questão de luta para aqueles que tomam como desafio inseri-la no currículo escolar, pois dentro da escola a questão da

inclusão e da homofobia se faz presente, porém muitas vezes é invisibilizada e silenciada por professores, alunos e demais sujeitos que compõem a estrutura humana da escola.

Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13. ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação; n. 263 PDF).

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento base nacional preparatório à VI CONFITEA**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/brasil>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CECCHIN, Andréa Forgiarini. A religião e a sua relação com a constituição de identidades homossexuais. **Revista Educere Et Educare**, v. 14, n. 32, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

COLETTA, Ricardo Della. Bolsonaro ataca repórter após perguntas sobre Flávio e Queiroz: 'Você tem uma cara de homossexual terrível'. **Folha online**, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-ataca-reporter-apos-pergunta-sobre-queiroz-voce-tem-uma-cara-de-homossexual-terrivel.shtml>. Acesso em: 16 de jul. 2020.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. **Revista Pro-Posições**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a08v19n2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução por Ana Maria Fernandes. 2. ed. Brasília: UnB, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos

FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Revista Pro-Posições**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 111-131, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a09v19n2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBTI+ morta no Brasil**: relatório GGB 2018, Salvador, 2018. Disponível em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2018.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 15 maio 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>. Acesso em: 02 mar. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Revista Latinoamericana, n. 2, p. 121-161, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SANTOS, Fernanda Figueredo dos; SOUZA, Marcos Lopes de. Educação, gênero e sexualidade: percursos e instabilidades do fazer-se Pesquisadora/Pesquisador-Professora/Professor. **Espaço do Currículo**, v. 8, n. 2, p. 209-222, maio./ ago. de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, Ana Paula dos Santos *et al.* Violência homofóbica na escola! O que revelam os discursos de professoras/es em formação continuada. **Cadernos de Educação**, Faculdade de Educação da UFPel, n. 56, pp. 150-175, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/7758>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Jerry Adriani da. **Diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: limites e possibilidades da efetivação do direito à educação. Orientador: Leôncio Soares. 2016. 315f.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

VILLANUEVA BEA, Pillar. **La educación de adultos hoy: necesidad y perspectiva de cambio**. Valencia: Promolibro, 1987. Disponível em <https://catalogo.rebiun.org/rebiun/record/Rebiun09762820>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Notas

ⁱ Além do tema da orientação sexual, os PCNs incluíram: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural (BRASIL, 1997).

ⁱⁱ Sigla que reúne lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, assexuados e simpatizantes (estes dois últimos representados pelo símbolo +).

ⁱⁱⁱ Programa do governo federal lançado em 2004 que visava “promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

^{iv} A vontade de verdade compreende a intencionalidade que um dado discurso possui em se apresentar como verdadeiro. Ou, “[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder e coerção” (FOUCAULT, 2000, p. 18).

^v Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Parecer N° 2.619.476, em 25/04/2018.

Sobre os autores

Eduardo Jorge Lopes da Silva

Professor lotado no Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. Coordena do Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos (GEPPEJA).

E-mail: ejls@academico.ufpb.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5402-8880>

Taízze Nascimento Melchiades

Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista PIBIC/UFP/CNPq 2016-2019. E-mail: taizzemelchiades@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6452-2137>

Gabriel Oliveira Herculano dos Santos

Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista PIBIC/UFP/CNPq 2018-2019.

E-mail: gabherculano@outlook.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3817-6442>.

Recebido em: 14/09/2020

Aceito para publicação em: 28/10/2020